

CARTA BRASIL CHINA

EDIÇÃO 9_ FEVEREIRO 2014

 CONSELHO
EMPRESARIAL
BRASIL-CHINA
中国-巴西企业家委员会

III COMISSÃO SINO-BRASILEIRA DE ALTO NÍVEL DE CONCERTAÇÃO E COOPERAÇÃO - COSBAN

RELATOS

Embaixador Sergio Amaral PÁG 5

PRESIDENTE DO CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL - CHINA

Michel Temer PÁG 6

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO BRASIL

Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis PÁG 8

SUBSECRETÁRIA-GERAL POLÍTICA II DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ricardo Schaefer PÁG 11

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

ANÁLISE CEBC

PÁG 13

TERCEIRO PLENO DO PARTIDO COMUNISTA

ARTIGO CONVIDADO

PÁG 18

XI JINPING CHANGES THE RULES OF THE GAME

Por Arthur Kroeber, Diretor da Dragonomics

CARTA BRASIL CHINA

é uma publicação trimestral da Secretaria Executiva do Conselho Empresarial Brasil-China, que reúne análises e reflexões acerca dos principais tópicos da agenda bilateral.

PRESIDENTE

Embaixador Sergio Amaral

DIRETORES

Alfredo de Goeye (Sertrading), *Fernando Alves* (PwC),
Jackson Schneider (Embraer), *Marcos Jank* (BRF)
Octávio de Barros (Bradesco), *Pedro Freitas* (Veirano Advogados), *Rafael Benke* (Vale), *Roberto Dias* (Odebrecht),
Roberto Milani (Comexport)

MEMBROS HONORÁRIOS:

Luiz Fernando Furlan
Ivan Ramalho

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Julia Dias Leite

ANÁLISE

André Soares, Coordenador de Pesquisa
Tulio Cariello, Analista Internacional
Victor Miranda, Estagiário
Felipe Leão, Estagiário

INSTITUCIONAL

Luciana Gama Muniz, Coordenadora Institucional
Giselle Vasconcellos, Analista Institucional
Karen Grimmer, Analista Internacional

PROJETO GRÁFICO

Presto Design

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Arthur Kroeber, Diretor da Dragonomics
Michel Temer, Vice-Presidente da República.
Embaixadora Maria Edileuza Fotenele Reis, Subsecretária-Geral Política II do Ministério das Relações Exteriores
Ricardo Schaefer, Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Para fazer alguma crítica ou sugestão, entre em contato com a Secretaria Executiva do CEBC:
cebc@cebc.org.br / +55 21 3212-4350 / www.cebc.org.br

PATROCINADOR OFICIAL DESTA PUBLICAÇÃO:



Bradesco

O Banco Bradesco apresenta produtos e serviços para diferentes perfis de clientes e também atua com a proposta de suprir as demandas de empresas interessadas em estabelecer e estreitar relações comerciais nos mercados brasileiro e chinês. Para isso, o segmento Corporate mantém uma gestão de relacionamento centralizada, oferecendo soluções estruturadas – Tailor Made e de Mercado de Capitais – e gerentes especializados em visões de risco, mercado e setores econômicos. Os atendimentos são exclusivos para que as empresas recebam soluções customizadas de acordo com os negócios realizados. Ao mesmo tempo, as Agências e Subsidiárias no Exterior (Nova York, Londres, Grand Cayman, Luxemburgo, Hong Kong, Buenos Aires e México) têm como objetivo a obtenção de recursos no mercado internacional para repasses a clientes, principalmente por meio de financiamento a operações de comércio exterior brasileiro. Para mais informações acesse o site bradesco.com.br

EDITORIAL



Esta edição da Carta Brasil-China focaliza a série de eventos que tiveram lugar na China, no início do mês de novembro, que colocaram as relações entre os dois países em um patamar ainda mais elevado e deram especial destaque à atuação do Conselho Empresarial Brasil-China.

Pela primeira vez, o CEBC foi convidado a participar da Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), realizada em Cantão, no dia 6 de novembro, e presidida pelo Vice-Presidente Michel Temer, do lado brasileiro, e pelo Vice-Primeiro-Ministro do Conselho de Estado, Wang Yang, do lado chinês. O Vice-Presidente Temer foi acompanhado por quatro ministros brasileiros, o que bem atesta a relevância que o Governo brasileiro vem atribuindo às relações cada vez mais amplas entre os dois países. Durante a sessão Plenária da COSBAN,

recebi o honroso convite para dirigir algumas palavras às delegações governamentais, o que fiz, em nome da comunidade empresarial brasileira.

No dia 8, em Pequim, realizou-se a reunião conjunta das duas seções do Conselho Empresarial, a brasileira e a chinesa. Pela primeira vez, também, a abertura do encontro foi feita pelo Vice-Presidente Michel Temer que, em suas palavras iniciais, ressaltou o trabalho que vem sendo realizados pelo CEBC e o apoio que o Governo brasileiro dá à Instituição.

Na tarde do dia 8, as duas seções do Conselho organizaram um seminário especial sobre investimentos chineses no Brasil que contou com a participação de representantes de 150 empresas chinesas e concentrou-se em dois temas que se afiguram como os mais promissores para parcerias empresariais sino brasileiras: o agronegócio e a infraestrutura. Para falar sobre as oportunidades nestes setores estiveram presentes, entre outros palestrantes ilustres, a Senadora Kátia Abreu, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e o Sr. Bernardo Figueiredo, Presidente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

Por fim, tive a oportunidade de participar da seção de abertura do encontro do Agronegócio Brasil China, organizado pela CNA, ocasião em que pude levar uma mensagem de apoio do CEBC ao conjunto de iniciativas desenvolvidas pela Confederação para fomentar o intercâmbio sino-brasileiro neste importante setor.

As relações Brasil-China encontram-se assim em um momento particularmente auspicioso, o que será certamente reafirmado pela próxima visita do Presidente Xi Jinping, em ocasião do encontro dos BRICS, a ser realizado no Brasil, em 2014.


SERGIO AMARAL
PRESIDENTE



III COMISSÃO SINO-BRASILEIRA DE ALTO NÍVEL DE CONCERTAÇÃO E COOPERAÇÃO

Destacamos nesta edição da Carta Brasil-China a visão de quatro participantes da terceira edição da COSBAN:

Embaixador Sergio Amaral

PRESIDENTE DO CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL - CHINA

Michel Temer

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO BRASIL

Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis

SUBSECRETÁRIA-GERAL POLÍTICA II DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ricardo Schaefer

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

Embaixador Sergio Amaral

**PRESIDENTE DO CONSELHO
EMPRESARIAL BRASIL - CHINA**



No dia 08 de novembro, em Pequim, ocorreu a Reunião Bilateral anual do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), em seguida da realização da III Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), principal foro de negociação entre esses dois países, com vistas a estreitar a cooperação bilateral em diversas áreas.

Das atividades realizadas, destaca o convite recebido, pela primeira vez, pelo CEBC, para participar da COSBAN, evento de cunho governamental, representando os interesses do setor privado brasileiro. Na verdade, essa participação coroa o trabalho realizado pelo Conselho no sentido de apresentar fundamentos técnicos para as discussões sobre aspectos comerciais e de investimentos no âmbito da relação entre os dois países. Essa interação teve início quando da realização de reunião preparatória, no Brasil, ocasião em que o Conselho apresentou estudo de elaboração interna, resultante da parceria com a Confederação Nacio-

nal da Indústria (CNI), sobre os desafios e oportunidades no acesso ao mercado chinês, para produtos selecionados.

Outro fato a ressaltar, a Reunião Bilateral do CEBC contou com a presença do Vice-Presidente Michel Temer e de outras autoridades do Governo brasileiro, como o Secretário Executivo do MDIC, Ricardo Schaefer, que aceitaram o convite do Conselho para participar do encontro, demonstrando a inequívoca importância que o Governo brasileiro quer oferecer à relação empresarial entre os dois países.

O CEBC realizou, nesse mesmo dia, o seminário “Oportunidades de investimento e parcerias em infraestrutura e agronegócio no Brasil”, cujo foco foi a apresentação de projetos para rodovias, ferrovias, aeroportos e portos, e para segmentos do agronegócio. Cabe aqui destacar a participação do Ministro da Secretaria de Aviação Civil, Moreira Franco, da Senadora Kátia Abreu, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), e do Pre-

sidente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), Bernardo Figueiredo, que apresentou uma descrição do Programa Brasileiro de Integração Logística. Esse evento, assim como a Reunião Anual, despertou também grande interesse empresarial. Além de empresas brasileiras que integram o Conselho, esteve presente um grande número de representantes de empresas chinesas interessadas nos setores mencionados.

Ao fim desse dia de intensas atividades, todos os membros do Conselho foram convidados a participar de jantar em homenagem ao Vice-Presidente Michel Temer, promovido pela CNA, com o objetivo de abrir novos canais para o agronegócio brasileiro no mercado chinês.

Com esse breve relato, tive a intenção de trazer ao conhecimento de todos os associados alguns aspectos dos bons resultados colhidos com o trabalho do CEBC, durante a realização da Reunião Anual em 2013 ■



MICHEL TEMER

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Voltei satisfeito com os resultados da minha primeira visita oficial à República Popular da China (04-08 de novembro de 2013), que incluiu compromissos em Macau, Cantão e Pequim. Fiz-me acompanhar de expressiva comitiva integrada por Ministros de Estado, Secretários-Executivos e parlamentares. A delegação oficial teve oportunidade igualmente de manter proveitosos contatos, em Pequim, com empresários brasileiros e chineses, no âmbito de bem-sucedido evento organizado pelo Conselho Empresarial Brasil-China.

A visita se inseriu no quadro do diálogo fluido e regular de alto nível entre o Brasil e a China, dando seguimento aos dois encontros mantidos este ano pela Presidenta Dilma Rousseff com o Presidente Xi Jinping, à margem das Cúpulas dos BRICS e do G-20.

Minha viagem à China permitiu interlocução eficaz com os mais altos dirigentes do Governo chinês no primeiro ano da nova administração, empossada na 12ª Assembleia Nacional Popular, em março passado.

Foi também a primeira visita oficial de alto nível após a elevação das relações ao “status” de “Parceria Estratégica Global”, acordada durante a visita do então Primeiro-Ministro Wen Jiabao ao Brasil, em junho de 2012, quando foi ainda criado o Diálogo Estratégico Global e celebrado o Plano Decenal de Cooperação.

Em Pequim, tive a honra de ser recebido pelo Presidente Xi Jinping e pelo Vice-Presidente Li Yuanchao e participei de evento organizado pela Confederação Nacional da Agricultura, além do já citado encontro empresarial promovido, com grande êxito, pelo Conselho Empresarial Brasil-China.

Em Cantão, co-presidi com o Vice-Primeiro-Ministro Wang Yang – a mais alta autoridade chinesa em temas econômicos, comerciais e financeiros – a III reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), que constitui o principal mecanismo de monitoramento do conjunto das relações entre o Brasil e a China. Como se recorda, por força de tratado bilateral, a liderança da COSBAN do lado brasileiro compete ao Vice-Presidente da República, o que muito me honra.

Em Macau, participei da cerimônia de abertura da IV Conferência Ministerial do Foro para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa – mais conhecido como “Foro de Macau” –, ocasião em que se celebraram os 10 anos de criação desse estimulante exercício dedicado à promoção dos laços econômicos, culturais e de cooperação.

Em geral, a visita à China se inscreveu no processo em curso de acréscida convergência dos dois países quanto à necessidade de reforma da governança global. Disso resulta maior grau de coordenação sino-brasileira em fóruns multilaterais em benefício dos interesses dos dois países e da comunidade internacional como um todo.

No tocante à vertente bilateral propriamente dita, posso afirmar que

meus interlocutores e eu coincidimos quanto à trajetória expressiva das relações sino-brasileiras nos últimos anos e quanto às suas perspectivas muito promissoras. Reafirmamos nossa determinação de continuar a trabalhar em favor da intensificação e diversificação das correntes de comércio e investimento.

Na linha do Comunicado da Visita de Estado da Senhora Presidente da República à China, em 2011, reiterarei a preocupação brasileira em aumentar nossas exportações de produtos de maior valor agregado – o que foi muito bem aceito pelo Presidente Xi Jinping. Também avaliaremos a diversificação dos fluxos de investimentos, em setores industriais e de alto componente tecnológico.

Nesse sentido, aproveitei, em todos os meus contatos na China, para difundir as numerosas oportunidades de investimentos que ora se abrem no Brasil para investidores estrangeiros, na esteira de processos de licitação ou de concessão nas áreas de infraestrutura, transportes, logística, portos, aeroportos, energia, entre outras. Tais oportunidades já têm atraído e poderão atrair ainda mais investimentos produtivos chineses, os quais são muito bem-vindos.

A propósito, convém ressaltar que o estudo sobre oportunidades e desafios do comércio e dos investimentos entre os dois países, que a seção brasileira do Conselho Empresarial Brasil-China elaborou, constituiu valiosa contribuição aos operadores econômicos brasileiros e chineses em seus esforços de ampliação de oportunidades de negócio.

Apraz-me verificar que avanços concretos foram, de fato, alcançados durante a terceira sessão da COSBAN. Dentre eles, podemos citar os seguintes: a assinatura do Plano Decenal Especial, que prevê extensão do Programa CBERS, (“China-Brazil Earth Resources Satellite”), sua atualização tecnológica e, no futuro, lançamentos também a partir do Brasil; a assinatura de Protocolo que abre caminho para o início das exportações de milho brasileiro para a China; entendimentos voltados a agilizar a habilitação de novos frigoríficos brasileiros exportadores de carnes para o mercado chinês, bem como acordos com vistas a acelerar a viabilização da retirada de embargos sobre as exportações de carne bovina brasileira.

Em outras vertentes que concorrem para nosso desenvolvimento científico e tecnológico – uma das prioridades do Governo da Presidenta Dilma Rousseff –, registro com satisfação progressos que também se fazem sentir na perspectiva de utilização conjunta de

laboratórios de pesquisa, na cooperação nos setores de nanotecnologia, biotecnologia e novos materiais, bem como no intercâmbio para capacitação de técnicos e estudantes.

Com respeito aos próximos passos, reiterarei ao Presidente Xi Jinping convite da Presidenta Dilma Rousseff para que realize Visita de Estado ao Brasil, no período de sua participação da VI Cúpula dos BRICS, que sediaremos em 2014, o que foi recebido com muita satisfação pelo mandatário chinês.

Em suma, o momento não poderia ser mais oportuno e profícuo para o adensamento das relações sino-brasileiras, não obstante diferenças de enfoque pontuais sobre um ou outro assunto, o que é natural em se tratando de parceiros estratégicos. O que importa é que ambos estão engajados em superar eventuais diferenças e seguir adiante nessa aliança especial.

De minha parte, registro o quanto eu e minha comitiva fomos extraordinariamente bem recebidos pelo povo e pelas autoridades chinesas. Para além da geração de resultados tangíveis – a qual, afinal, constitui o cerne de nosso trabalho em tais missões –, a visita se revestiu de forte conotação simbólica, ao marcar o vigésimo aniversário da implementação da parceria estratégica entre nossos dois países. Em 2014, celebraremos quarenta anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e China. Devemos aproveitar a efeméride para alçar nossas relações a patamares ainda mais elevados, em todos os domínios ■



MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS

SUBSECRETÁRIA-GERAL POLÍTICA II
DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES

No início da década de noventa, quando as relações internacionais se reorientavam em função da dissolução do bloco soviético e do fim da Guerra Fria, a Chancelaria brasileira traçava cenários futuros de novas e promissoras parcerias com países que, a exemplo do Brasil, eram detentores de vastos territórios e grandes populações, ricos em recursos naturais e com certo grau de desenvolvimento tecnológico. Esses países eram a China, a Índia e a Rússia.

Assim, quando o Brasil e a China lançaram, em 1993, a Parceria Estratégica bilateral, a primeira relação dessa natureza estabelecida pelo Brasil, os dois países registravam formalmente o reconhecimento das perspectivas de longo prazo do desenvolvimento de seus laços de amizade e cooperação. O Programa CBERS (China Brazil Earth Resources Satellite), iniciado há 25 anos, traduzia essa visão de longo prazo, tendo-se tornado exemplo eloquente de associação de dois países em desenvolvimento em área de alta tecnologia.

Desde o lançamento da Parceria Estratégica, que, em 2013, celebra vinte anos de realizações, as relações evoluíram de forma marcante, especialmente na última década. Nosso comércio bilateral registra extraordinário crescimento e se mantém elevado e dinâmico, a despeito das circunstâncias adversas decorrentes da crise internacional. Com efeito, em 2009, a China passou à posição de nosso principal parceiro comercial. Os investimentos de parte a parte vêm se ampliando e diversificando progressivamente, sinalizando o amadurecimento de nossa relação econômica. Temos significativas parcerias empresariais, como a estabelecida entre a Embraer e a Avic, que, desde 2002, produz, na China, jatos comerciais. Nossa cooperação em ciência, tecnologia, e inovação incorpora, hoje, novas áreas como a biotecnologia e a nanotecnologia, para citar apenas alguns segmentos em que se registram avanços significativos em nossas relações com a China, tendo sempre por base a visão de longo alcance do desenvolvimento da nossa parceria.

Marco da estrutura dessa relação é a constituição, em 2004, da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), a mais elevada instância de acompanhamento e implementação da agenda bilateral entre o Brasil e a China, durante a Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China, em maio daquele ano, a qual seria reciprocada pelo Presidente Hu Jintao, em Visita de Estado ao Brasil, em novembro do mesmo ano.

Co-presidida pelo Vice-Presidente da República, pelo lado brasileiro, e pelo Vice-Primeiro-Ministro do Conselho de Estado da China e a mais alta autoridade chinesa em temas econômicos, a COSBAN é, hoje, composta por onze Subcomissões e seis Grupos de Trabalho, responsáveis pelo desenvolvimento da cooperação nas principais áreas de interesse comum. Já no momento de sua criação, em 2004, foi determinada a formação de subcomissões específicas, em função de novos desdobramentos e iniciativas em áreas da cooperação bilateral. Assim, passamos a contar com uma subcomissão para ciência e tecnologia e inovação e outra para a cooperação espacial, esta última encarregada, sobretudo, pelo desenvolvimento

do Programa CBERS, acima mencionado. Criaram-se as Subcomissões de Agricultura, voltada para temas da cooperação agrícola, em especial a pesquisa científica, e a de Inspeção e Quarentena, sobre questões sanitárias – animal e vegetal –, que vêm permitindo a crescente ampliação do comércio bilateral de produtos do agronegócio seguindo os padrões de produção, comercialização e consumo reconhecidos pelos dois países. A propósito, as exportações do setor do agronegócio brasileiro para a China apresentam grande potencial de crescimento, dado o continuado processo de urbanização e industrialização por que passa o país asiático, com efeitos imediatos na ampliação do consumo interno.

Ainda no momento de estabelecimento da COSBAN, adquiriam maior relevância os temas culturais e educacionais, contemplados com subcomissões em separado. No âmbito dessas subcomissões, merecem destaque as iniciativas com vistas à difusão do idioma português na China e do mandarim no Brasil, bem como a implementação com a China do Programa Ciência Sem Fronteiras. Adicionalmente, temas da cooperação esportiva passaram a ser desenvolvidos em grupo de trabalho específico, no âmbito da Subcomissão Cultural.

No campo econômico, a COSBAN conta com a Subcomissão Econômico-Comercial, responsável pelo acompanhamento do comércio bilateral, em notável trajetória ascendente, com cifras, hoje, no patamar de US\$ 80 bilhões, da qual fazem parte cinco grupos de trabalho: comércio, investimentos, temas aduaneiros, propriedade intelectual e harmonização de estatísticas. A cooperação em minas e energia, área-chave do desenvolvimento econômico dos dois países, que se empenham em parcerias nos setores de petróleo e gás e nos segmentos de energias renováveis, como hidrelétrica, eólica, solar, biocombustíveis, além do comércio de minérios, também tem sua instância própria na estrutura da Comissão de Alto Nível. A Subcomissão de Indústria e Tecnologia da Informação está voltada para a cooperação tecnológica, unindo suas vertentes de pesquisa científica e de desenvolvimento empresarial, em setores com TI, telecomunicações e aproveitamento de energias renováveis, entre outros.

A partir da intensificação do diálogo e cooperação entre Brasil e China em temas financeiros, no contexto da crise financeira internacional deflagrada em 2008 e da formação do G-20 financeiro, foi criada, em 2010, por ocasião de nova visita do Presidente Hu Jintao ao Brasil, a Subcomissão Econômico-Financeira. Nessa mais nova instância de cooperação, vem se desenvolvendo importante diálogo e

concertação sobre a reforma da arquitetura financeira internacional – FMI e Banco Mundial –, e têm sido forjadas importantes iniciativas, como o acordo de swap cambial, assinado em março deste ano, que permite dispensar o uso de moeda internacional em trocas comerciais. A Subcomissão se dedica também a acompanhar a ampliação da presença de instituições financeiras de um país no outro, movimento que, por sua vez, decorre, de forma natural, da intensificação do comércio e da ampliação dos investimentos bilaterais.

A COSBAN conta, ainda, com a Subcomissão Política, conduzida pelas Chancelarias, e responsável pelo planejamento político-diplomático das relações bilaterais. A essa Subcomissão compete a avaliação do conjunto da relação bilateral, bem como os desdobramentos de diálogos políticos sobre temas específicos que vêm propiciando rica troca de experiências, entre o Brasil a China, sobre Ásia, África, América Latina e Caribe, Oriente Médio, desarmamento e não-proliferação e direitos humanos. Na última reunião da Subcomissão Política, realizada em Brasília, em 31 de outubro de 2013, foi criado, além dos mecanismos já mencionados, o diálogo Brasil-China sobre os Estados Unidos. Temos, ainda, em saúde e temas sociais duas novas áreas de interesse para o desenvolvimento de troca de experiências e iniciativas conjuntas. Em paralelo, as relações sino-brasileiras dispõem de importante instância também entre os dois Ministérios de Relações Exteriores: o Diálogo Estratégico, estabelecido em 2007, e elevado ao patamar de Diálogo Estratégico Global entre Chanceleres, em 2012. DEG representa importante mecanismo para a troca de impressões sobre os respectivos cenários regionais, bem como sobre temas de comum interesse da agenda internacional.

A Comissão de Alto Nível, dada a sua abrangência, propicia mecanismos de diálogo para o tratamento adequado e tempestivo de cada um dos temas da agenda bilateral. É o mecanismo que permite a visão integrada das oportunidades e cooperação, e o tratamento de temas de interesse estratégico dos dois países, sem que questões pontuais cheguem a afetar o conjunto de interesses de nossas relações. Cumpre notar, ainda, que o adensamento e a diversificação da agenda bilateral sino-brasileira passam a requerer a interlocução mais frequente em alto nível, e, consequentemente, a realização, com maior periodicidade, de sessões da COSBAN chefiadas por seus dois Presidentes.

Na condução de nosso relacionamento com a China, contamos, ainda, com produtiva interação com o setor privado,

em especial por meio do Conselho Empresarial Brasil-China, que nasceu, junto com a COSBAN, em 2004, em momento de adensamento de nossas relações. Os estudos e análises da Sessão brasileira do CEBC, bem como o intercâmbio frequente entre seus dirigentes e o Governo brasileiro, têm sido subsídios preciosos para a condução de nossas relações com a China. Essa mobilização entre Governo e setor privado vem contribuindo positivamente para a melhor definição de prioridades, traçado de planos conjuntos e formação de estratégias para o relacionamento com a China.

Vale mencionar que cabe também à COSBAN, por meio de suas Subcomissões, o acompanhamento da implementação do Plano de Ação Conjunta (PAC), assinado em 2010, pelo Presidentes Lula da Silva e Hu Jintao, e do Plano Decenal de Cooperação Brasil-China (2012-2021), firmado pela Presidenta Dilma Rousseff e pelo Primeiro-Ministro Wen Jiabao, em 2012, que são os principais instrumentos bilaterais orientadores de nossa cooperação efetiva. O Plano Decenal estabelece metas no período de dez anos em três blocos estratégicos de temas, com ênfase em comércio e investimentos, ciência, tecnologia e inovação, incluindo a cooperação espacial e o desenvolvimento de agenda nos setores de educação e cultura.

Nesse contexto de aprofundamento contínuo das relações entre o Brasil e a China, com uma rica agenda de cooperação, os dois países estabeleceram, em junho de 2012, durante a visita do Primeiro-Ministro Wen Jiabao ao Brasil, a Parceria Estratégica Global, a partir do reconhecimento mútuo de que as relações sino-brasileiras transcendem o escopo meramente bilateral e se projetam na crescente concertação sobre grandes questões internacionais. Desse modo, ao abrigo de sua Parceria Estratégica Global, Brasil e China vêm mantendo grande convergência de visões em temas de importância global. Entre esses temas, podem ser mencionados, a liderança brasileira nas discussões sobre mudança do clima, em cujo contexto se destaca a coordenação com a China no âmbito do BASIC, que reúne, também, a Índia e a África do Sul; as posições que os dois países compartilham no âmbito do G-20, em defesa das economias emergentes e dos demais países em desenvolvimento no

contexto da reforma das instituições financeiras internacionais; e, naturalmente, a construção do BRICS, onde Brasil e China têm a mesma visão sobre a importância da reforma da governança global em suas vertentes política e econômica. É no âmbito do BRICS que Brasil e China coordenam posições com os demais países do Foro sobre os mais importantes temas da agenda política e econômica internacional, ao mesmo tempo em que se constrói uma ampla plataforma de cooperação intra-BRICS, em áreas como comércio e investimentos, ciência e tecnologia, saúde, agricultura, educação e cultura, entre outras.

No contexto de uma Parceria Estratégica Global, com densa agenda, em suas vertentes bilateral e multilateral, a COSBAN realizou sua terceira reunião, desta vez em Cantão, no sul da China, em novembro passado, co-presidida pelo Vice-Presidente Michel Temer e, pela primeira vez, pelo Vice-Primeiro-Ministro Wang Yang, que assumiu suas funções em março deste ano. Os co-Presidentes se fizeram acompanhar de representativas delegações, com a participação de ministros, vice-ministros e altos funcionários de órgãos envolvidos nos trabalhos da Comissão de Alto Nível. A reunião da COSBAN motivou a primeira visita oficial do Vice-Presidente Temer à China, a qual também se configurou como a principal visita no âmbito sino-brasileiro em 2013.

As reuniões mantidas entre o Vice-Presidente Temer e o Presidente Xi Jinping e o Vice-Presidente Li Yuanchao, em Pequim, além da própria reunião da COSBAN, cumpriram também o propósito de preparar a programada visita do Chefe de Estado chinês ao Brasil, em 2014, quando sediaremos a VI Cúpula do BRICS e celebraremos os 40 anos do estabelecimento de relações diplomáticas com a China.

Os resultados na III COSBAN se mostraram muito positivos em diversas frentes, como divulgado amplamente pela imprensa brasileira e chinesa, logo após a conclusão dos trabalhos em Cantão. Foram discutidas as principais questões da nossa agenda de cooperação, especialmente no que tange à ampliação e diversificação dos fluxos de comércio e de investimentos, à presença recíproca de nossas empresas, e à cooperação bilateral nos campos econômico-financeiro, científico e tecnológico, espacial, educacional e cultural.

Esses importantes resultados da III Reunião da COSBAN marcam, por um lado, o cumprimento exitoso de uma etapa de trabalho e, por outro, abrem perspectivas de novos desenvolvimentos, com vistas ao fortalecimento contínuo da Parceria Estratégica Global entre Brasil e China e dos laços de amizade e cooperação que unem nossos países e nossos povos ■





Ricardo Schaefer

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
DO MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA
E COMÉRCIO EXTERIOR

É com grande entusiasmo que me dirijo à comunidade empresarial brasileira envolvida em negócios com a China.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), no contexto de sua aproximação com as entidades representativas do setor privado e na contínua busca por incrementar, diversificar e expandir a pauta exportadora brasileira, tem mantido diálogos constantes com o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC). Exemplo disso é o apoio do Ministério aos encontros do Conselho em paralelo às reuniões da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) e o intenso contato das equipes técnicas do MDIC e do CEBC para traçar estratégias e atividades que beneficiem o relacionamento bilateral.

Em novembro último, tive a oportunidade de acompanhar o Vice-Presidente da República, Michel Temer, no Fórum de Macau, na reunião da COSBAN, presidida por ele e pelo Vice-Primeiro-Ministro da China, Wang Yang, e em diálogos de alto nível realizados com o Vice-Presidente, Li Yuanchao, e com o Presidente Xi Jinping, em Pequim. A partir do que foi discutido em tais encontros, sinto-me à vontade para afirmar que estamos entrando em um novo ciclo de nossa cooperação estratégica.

Ciclo que será marcado por um aprofundamento da coordenação sino-brasileira nos assuntos internacionais e por uma parceria mais forte no âmbito de foros como BRICS, G20 e nas organizações do sistema internacional. Vamos intensificar ainda mais a cooperação em inovação e em ciência e tecnologia, a cooperação financeira e nos campos da educação, pesquisa e tecnologia agrícolas, serviços e outros. Vamos diversificar e aumentar os investimentos recíprocos e aproveitar a competitividade chinesa na infraestrutura de transportes, ajudando o Brasil a melhorar sua logística de comércio exterior.

Recebemos do governo chinês os mais altos estímulos para diversificar nossa pauta comercial e a mensagem de que a China dá boas vindas a mais produtos de valor agregado do Brasil. Isto nos coloca o desafio comum, governo e setor privado, de aprofundar o trabalho que vimos realizando.

A crise financeira ainda impacta profundamente a economia mundial e há consenso dos dois governos sobre a crescente importância da cooperação entre Brasil e China e interesse no sentido de ampliar essa cooperação. Com a ampliação do relacionamento, é natural que os dois países enfrentem maior número de questões e contradições. Nesse sentido, a COSBAN tem desempenhado um papel importante no estreitamento das relações bilaterais e deverá ser o mecanismo utilizado para resolver essas questões e planejar novas linhas de ação, tendo em vista os resultados notáveis obtidos nos últimos cinco anos, desde a sua primeira reunião.

Há forte complementaridade econômica entre os dois países e interesse manifesto em utilizar de forma proveitosa a COSBAN para extrair os melhores resultados dessa complementaridade. A Comissão representa a melhor instância para diálogo com a China, inclusive com forte envolvimento de autoridades políticas de ambos os países.

O Brasil é o país latino-americano que mais recebe investimentos chineses, que chegaram ao valor de US\$ 16,81 bilhões, nas seguintes áreas: energia,

mineração, agricultura, infraestrutura, fabricação de veículos e maquinarias, microeletrônica, dentre outras. Além disso, destacam-se as oportunidades surgidas com as licitações no setor de petróleo e gás, bem como com a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

Somos o maior parceiro comercial da China na América Latina e, desde 2009, a China é o principal parceiro comercial individual do Brasil no mundo. Em 2012, o país tornou-se a principal fonte das importações brasileiras. Após queda de 2,1% em 2012, o fluxo bilateral de comércio cresceu, entre janeiro e outubro deste ano, 11,1%, atingindo US\$ 71 bilhões. No acumulado de janeiro a outubro de 2013, as exportações brasileiras para a China cresceram 12,4% e as importações originárias da China, 9,6%.

Não obstante o volume e o crescimento satisfatórios do comércio bilateral, existe preocupação do lado brasileiro com a qualidade deste intercâmbio, especialmente quanto às exportações brasileiras, excessivamente concentradas em um número reduzido de produtos primários. Mais de 80% das exportações brasileiras para a China em 2012 concentraram-se em soja, minérios de ferro e óleos brutos de petróleo.

O Brasil considera a diversificação da pauta de exportações para a China um tema prioritário para a Subcomissão Econômico-Comercial da COSBAN, co-presidida por MDIC e MRE, do lado brasileiro. Este tema norteia várias das ações discutidas nesse foro. Neste sentido, a partir de 2014, o MDIC vai ampliar suas ações de promoção de exportações de produtos manufaturados e da imagem produtiva do Brasil na China.

É nosso objetivo, ainda, aprimorar o diálogo entre os dois países, com o intuito de melhor compreender as políticas industriais e comerciais adotadas em cada lado. Com esse objetivo de aumentar o conhecimento mútuo e facilitar o diálogo entre as autoridades governamentais dos dois países, o MDIC propôs, no âmbito da Subcomissão Econômico-Comercial, a realização de visitas informacionais entre os “desk officers” dos dois Governos, no primeiro semestre de 2014. Faremos o mesmo no âmbito da Subcomissão de Indústria e Tecnologia da Informação, presidida pelo MDIC, que se reunirá também no primeiro semestre do próximo ano. Em outra frente, já estamos trabalhando numa agenda estratégica com intuito de estabelecer uma cooperação bilateral para o comércio de serviços.

O ano de 2014, assim, promete ser um grande marco para as relações Brasil-China. Celebraremos os 40 anos do estabelecimento de relações diplomáticas

entre os nossos países e os dez anos de criação do CEBC com dois dos eventos mais importantes que o Brasil sediará no ano que vem: a visita de Estado do Presidente Xi Jinping e a VI Cúpula do BRICS, a ser realizada em Fortaleza, Ceará.

Por fim, ao tempo em que parabeno e reitero minha satisfação em ver o estado do relacionamento entre os empresários brasileiros e chineses, faço votos de que os contatos e estudos continuem, pois o conhecimento mútuo e a troca de informações são ferramentas efetivas para que as empresas comercializem mais e melhor.

Os dois governos estão imbuídos do propósito de ampliar as parcerias, mas o fundamental são as parcerias que os empresários chineses e brasileiros possam estabelecer entre si, pois são os verdadeiros atores dessa cooperação duradoura ■

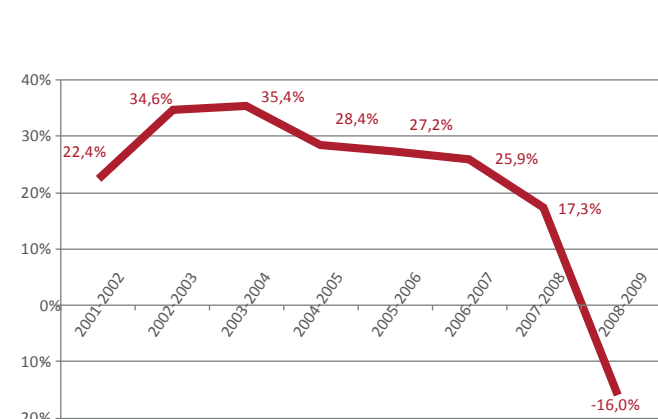
TERCEIRO PLENO DO PARTIDO COMUNISTA

A NECESSIDADE DE REFORMAS ECONÔMICAS NA CHINA

O modelo de desenvolvimento econômico da China, baseado em exportações e altas taxas de investimento, teve seu ápice, no ano de 2008, momento em que a crise financeira internacional impôs novos desafios aos rumos da economia chinesa. O primeiro impacto da crise foi a rápida diminuição das exportações, em função da recessão em importantes mercados, como EUA e Europa. Desta forma, as exportações que apresentavam uma média de crescimento de 27% a.a, nos anos anteriores à crise, tiveram uma redução para 16%, no período 2008-2009.

CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES DA CHINA PARA O MUNDO (%)

GRÁFICO 1

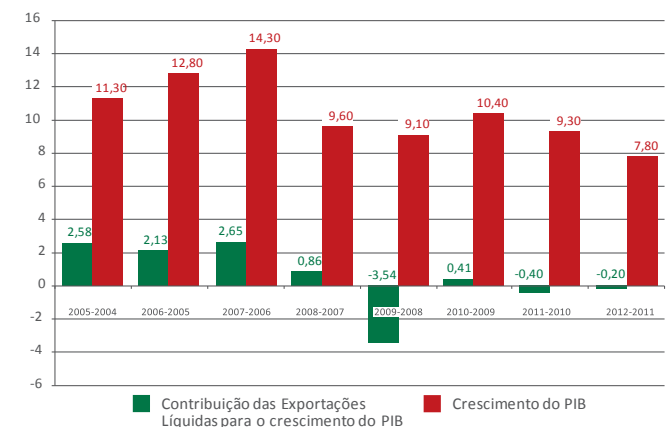


Fonte: www.CEICData.com Elaboração: CEBC

Frente a isto, as exportações, que vinham contribuindo com 2-2,5% de crescimento do PIB, reduziram seu aporte para 0,86% (2007/2008) e -3,54% (2008/2009) no seio da crise. Desde então, não voltaram a ser relevantes para o crescimento econômico chinês (Gráfico 2).

CONTRIBUIÇÕES DAS EXPORTAÇÕES LÍQUIDAS PARA O PIB

GRÁFICO 2



Fonte: www.CEICData.com Elaboração: CEBC

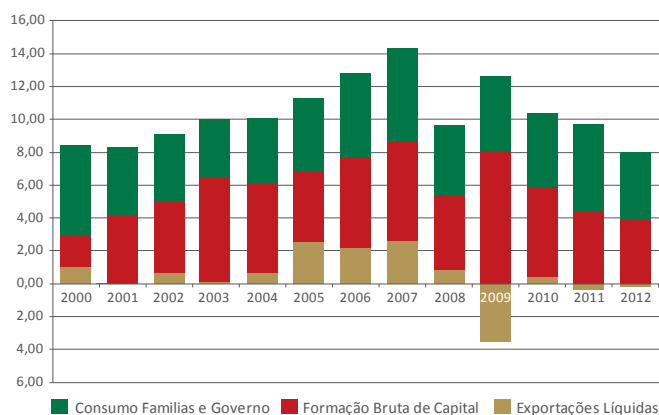
Dado o imperativo político de manter os elevados níveis de crescimento da economia e geração de emprego, e cumprir com as metas do 11º Plano Quinquenal, o governo chinês lançou um plano de estímulo econômico, sem precedentes em sua história contemporânea, da ordem de RMB

4 trilhões (US\$ 586 bilhões). Este plano, cuja duração foi de 2008 a 2010, teve como objetivo dar uma resposta de curto prazo à crise. A maior parte dos recursos foi destinada aos projetos de investimento nas áreas de infraestrutura e construção civil. O estímulo foi capaz de compensar a queda das exportações e manter o ritmo de crescimento em patamares próximos a 10% a.a.

Os estímulos evitaram a queda brusca no PIB, mas geraram desequilíbrios de montagem que, até hoje, o governo chinês busca resolver.

CONTRIBUIÇÃO PARA O CRESCIMENTO DO PIB DA CHINA (%)

GRÁFICO 3

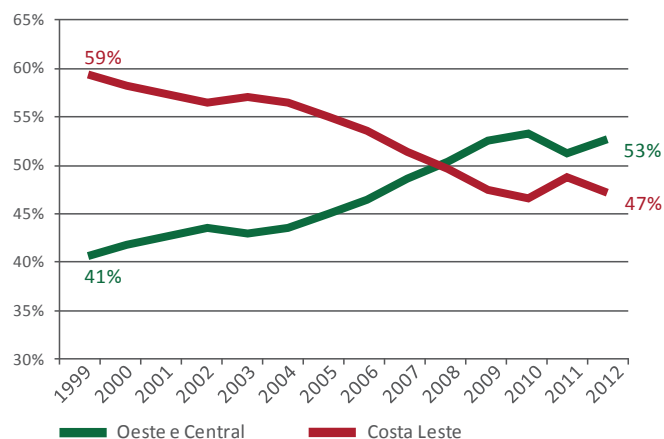


Fonte: www.CEICData.com Elaboração: CEBC

Outros efeitos colaterais deste pacote de estímulos foram relevantes para a erosão do modelo de desenvolvimento econômico chinês. A fim de estimular o investimento, o governo foi obrigado a relaxar as exigências de seu processo de aprovação de novos projetos e, como consequência, aprovar projetos que, possivelmente, não se sustentariam numa análise custo-benefício. Ao mesmo tempo, o governo promoveu a interiorização do investimento e o aumento da participação da região Central e Oeste (em comparação à Leste), após 2008 (Gráfico 4). Frente a menor capacidade de gestão dos investimentos, e à ausência de controles, os projetos se tornaram mais suscetíveis a atrasos, desperdícios e desvios de recursos.

PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE INVESTIMENTOS

GRÁFICO 4

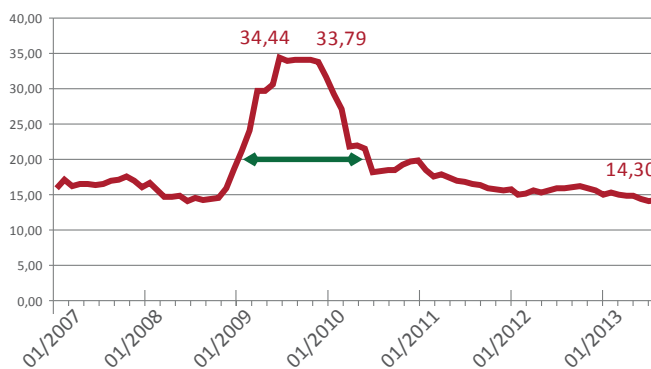


Fonte: www.CEICData.com Elaboração: CEBC

Outra consequência direta do pacote de estímulos do governo foi a expansão, sem precedentes, do crédito na China, que no período 2009-2010 aumentou por mês, em média, 26% a.a (Gráfico 5). Mesmo após o ápice da crise, as taxas de crescimento do crédito permaneceram elevadas, entre 15-20% a.a, com impacto direto na qualidade dos empréstimos dados pelos bancos chineses, fragilizando assim o sistema financeiro.

CRESCIMENTO ANUAL DOS EMPRÉSTIMOS NA CHINA - MÊS EM COMPARAÇÃO AO MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR (%)

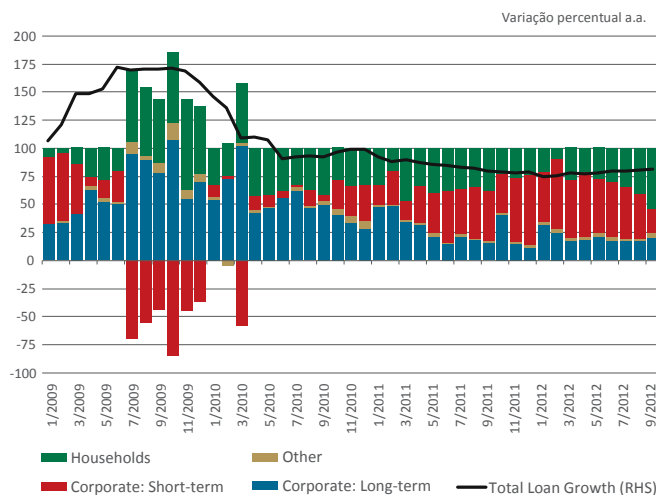
GRÁFICO 5



Fonte: www.CEICData.com Elaboração: CEBC

CONTRIBUIÇÃO PARA O TOTAL DE EMPRÉSTIMOS

GRÁFICO 6

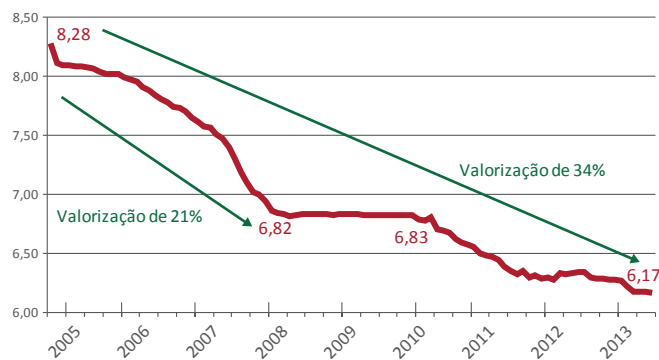


Fonte: Deloitte Elaboração: Deloitte

Já no lado monetário, em função da desaceleração das exportações e de pressões do governo americano e outros organismos internacionais, a China vem permitindo uma valorização do RMB, em relação ao dólar. Desde o início de 1998 até metade de 2005, o RMB não sofreu alterações em relação ao dólar, se mantendo na casa do 8,28 RMB/US\$. A partir do final de 2005 e até o início da crise (final de 2008), a valorização foi da ordem de 21%. A partir do final de 2010, o RMB voltou a se valorizar, e no período de 8 anos, entre junho de 2005 e junho de 2013, a moeda chinesa se valorizou cerca de 34% em relação ao dólar americano (Gráfico 7). Vale ressaltar que os estudos do governo americano indicavam que o RMB estava 36% supervalorizado em relação ao dólar.

EVOLUÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO MENSAL RMB/US\$

GRÁFICO 7

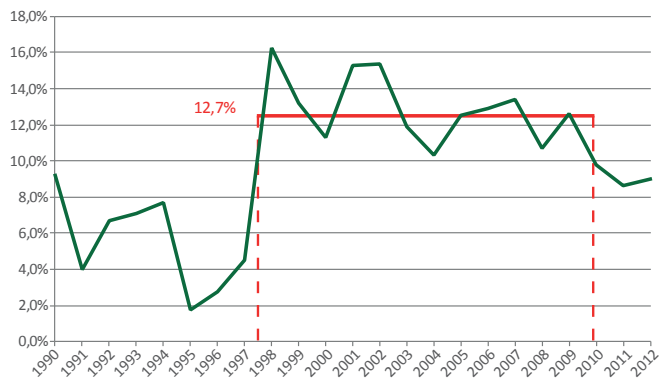


Fonte: www.CEICData.com Elaboração: CEBC

Outro fator que contribuiu para o estresse do modelo de desenvolvimento baseado em exportações e investimento foram os aumentos dos salários, observados nos últimos anos. Desde o final dos anos 1990 e até 2010, estes cresceram, em termos reais, acima de 12% a.a (Gráfico 8), partindo de um baixíssimo patamar. Mais recentemente, após a crise de 2008, os novos projetos de investimentos, no interior da China, passaram a reter, no campo, parte dos trabalhadores migrantes, na medida em que se abriram novas possibilidades de trabalho, mais próximas às suas residências. Isto forçou as empresas, situadas na costa leste da China, a aumentar os salários, ou a migrar para o interior em busca de melhores condições de produção. Outro fator para as pressões nos salários foi o aumento no número de formandos nas universidades, nos últimos anos, que passaram de 1,3 milhão por ano, em 2002, para 6,2 milhões, em 2012. Os novos profissionais buscam uma remuneração mais alta, o que afeta o nível médio dos salários.

MÉDIA DO AUMENTO REAL DO SALÁRIO NA CHINA (%)

GRÁFICO 8



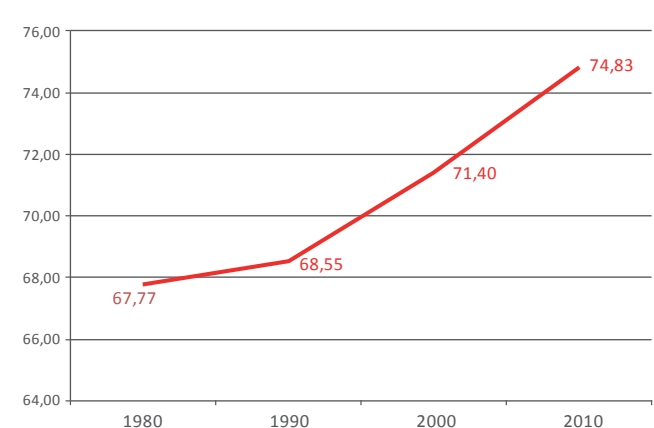
Fonte: www.CEICData.com Elaboração: CEBC

Assim, a China parece estar próxima de alcançar o chamado Lewis Turning Point, com o esgotamento de um excesso estrutural na oferta de trabalhadores, característico de um “surplus labor economy”¹.

1 Ver o trabalho clássico de W. Arthur Lewis, “Economic Development with Unlimited Supplies of Labor,” Manchester School of Economic and Social Studies, Vol. 22, 1954, pp. 139–91. Em trabalho recente, estima-se que a transição para uma economia com efetiva escassez de trabalho se dará já ao início da próxima década. Ver Mitali Das and Papa N’Diaye, “Chronicle of a Decline Foretold: Has China Reached the Lewis Turning Point?,” IMF Working Paper 13/26, Janeiro 2013.

TAXA DE NATALIDADE E EXPECTATIVA DE VIDA

GRÁFICO 9

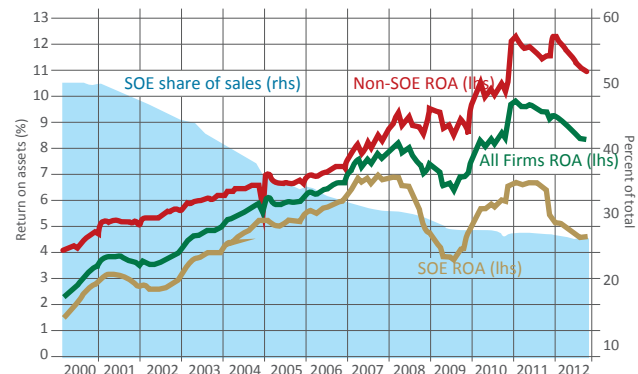


Fonte: www.CEICData.com Elaboração: CEBC

Por fim, a ineficiência do setor público chinês em comparação ao setor privado impõe o rebalanceamento da economia. Além dos investimentos improdutivo, outros fatores contribuíram para o desequilíbrio, como o endividamento dos governos locais e a bolha imobiliária nos grandes centros urbanos da costa leste. Como pode ser observado no Gráfico 10, o retorno sobre o investimento (ROI) das empresas estatais chinesas, até a véspera da crise, vinha acompanhando os ganhos das empresas privadas, o que indicava que o setor público chinês era tão eficiente quanto o privado. No entanto, após 2008, em vez de se tornarem mais competitivas, como fizeram as empresas privadas, as empresas estatais chinesas arcaram com mais projetos do que eram capazes de absorver e não souberam administrar o estímulo recebido pelo governo, acumulando assim débitos e ineficiência.

ROI POR TIPO DE EMPRESA

GRÁFICO 10



Fonte: Dragonomics

PRINCIPAIS RESULTADOS DO TERCEIRO PLENO

Durante os dias 9 e 12 de Novembro, de 2013, o Partido Comunista Chinês se reuniu a portas fechadas para a realização do 3º Pleno do Partido, momento em que, historicamente, as diretrizes econômicas do governo são discutidas e deliberadas. Dada necessidade de reformas na economia chinesa, gerou-se grande expectativa acerca dos resultados da reunião.

O documento aprovado pelo Partido contém 60 diretrizes específicas sobre as reformas que abrangem mais de uma dezena de áreas. O primeiro ponto que merece destaque e norteia o documento consiste na importância dada ao papel do mercado, rotulado como **decisivo** para o avanço das reformas. Vale mencionar que, nos últimos 30 anos, o papel do mercado tem sido caracterizado como **básico** e de suporte, mas nunca como decisivo. Em seguida, caberá às diferentes instâncias do Governo detalhar as medidas e a sua operacionalização, que serão supervisionadas por um *Leading Small Group*.

A gestão de questões críticas através da utilização de *Leading Small Group* não é nova no governo chinês. Desde a primeira leva de reformas, realizadas por Deng Xiaoping, tal mecanismo é utilizado. O grupo é composto por uma liderança política de alto nível da qual participam também ministros, acadêmicos e executivos selecionados para coordenar o tema. Os detalhes sobre quem vai compor este *Leading Small Groups* ainda não foram apresentados, porém, já foi definido que o próprio Presidente Xi Jinping presidirá tal grupo. A participação direta do Presidente nas decisões acerca dos detalhes operacionais das diretrizes é mais um sinal do comprometimento político com o avanço nas reformas.

As principais áreas e diretrizes contempladas no documento do 3º Pleno estão indicadas a seguir:

Reforma das Empresas Estatais (SOEs)

Havia receio de uma reforma direta nas empresas estatais, como a realizada, em 1998, quando o governo promoveu mudanças e consolidações arbitrárias, a fim de se preparar para o ingresso na Organização Mundial do Comércio (OMC). No entanto, desta vez o rumo das reformas das empresas estatais será focado em diretrizes para torná-las mais eficientes e competitivas, em diferentes setores, mediante:

- Aumento da taxa básica de juros para empréstimos aos bancos.
- Diminuição da quantidade de medidas administrativas para obtenção de autorizações e licenças para operação. Esta medida possui impacto direto para as empresas privadas que, em comparação com as estatais, até o momento, não possuíam privilégios e rapidez para aprovações administrativas.
- Abertura para o ingresso de Investimento estrangeiro direto (IED) em diferentes setores na China inclusive:
 - Em setores estratégicos como: Energia, Finanças, Educação, Cultura e Saúde.
 - Revisão dos critérios para o ingresso de IED em setores como: Sistema de Saúde para crianças e idosos, Construção Civil, Logística, Serviços de Auditoria, E-commerce e Indústria.

- Maior controle sobre o volume de crédito.
- Aumento da porcentagem de dividendos que as SOEs deverão pagar, que passa de 5-15%, para 30%.
- Implementação de sistemas de recompensas para gestores das SOEs baseados nas metas de performance.

Reforma do Mercado Financeiro

As diretrizes indicam maior controle interno sobre o crédito e o débito dos governos locais, assim como maior retorno sobre os depósitos e progressiva abertura do mercado financeiro que vai se adequando aos padrões internacionais de funcionamento:

- Criação de um sistema de seguro para os depósitos bancários.
- Aumento da taxa básica de juros para empréstimos.
- Controle do volume de empréstimos.
- Elaboração de um plano para quitar os débitos dos governos locais, hoje estimados em RMB 20 trilhões (38% do PIB em valores de 2012).
- Melhoria no mecanismo interno de determinação da taxa de câmbio.
- Ingresso de capital estrangeiro no setor bancário chinês, aumentando a competição.
- Flexibilização da taxa de depósito, a fim de gerar maior retorno para a poupança.
- Facilitação do envio de capital da China para o estrangeiro,
- Utilização da Free-Trade Zone (FTZ) de Xangai como plataforma para as reformas financeiras. As medidas adotadas em Xangai poderão ser replicadas por outras FTZs na China.

Poluição

Nos últimos anos, o governo chinês tem sido criticado por sua postura frente aos níveis de poluição presentes em seu território. A questão ambiental já se tornou parte do planejamento do governo desde o 12º Plano Quinquenal, lançado, em 2011. As diretrizes no do 3º Pleno do Partido não apresentam avanços específicos, nesta área, mas reiteram as diretrizes do 12º Plano Quinquenal. São elas:

- Determinação de medidas de compensação para danos ambientais.
- Introdução gradual de impostos para a utilização de recursos naturais.
- Determinação de responsabilidade criminal aos indivíduos responsáveis por grandes danos ambientais.
- Avaliação da utilização de sistemas de créditos de carbono.

Política do filho único

Não existem indícios de término desta política. O que o documento apresenta é a sua maior flexibilização.

- Expandir para todo o país a regra de que, se pelo menos um dos pais for filho único, o casal pode ter dois filhos.

Urbanização

O avanço no processo de urbanização consiste em um dos pilares da estratégia do governo chinês de reequilíbrio do seu modelo de desenvolvimento. O plano tem como objetivo integrar à população urbana cerca de 260 milhões de trabalhadores migrantes e rurais. Para isto se concretizar, foram aprovadas três diferentes medidas.

Primeiro definir novos procedimentos para estender

aos novos habitantes os benefícios sociais de que não dispunham no campo. Hoje, este movimento não é permitido em função das regras de migração baseadas no sistema de registro do cidadão, o Hukou.

Em paralelo, os trabalhadores deverão dispor dos recursos necessários para a migração. De acordo com o sistema de concessão de terras em vigor, o trabalhador rural não tem liberdade para vender ou hipotecar sua propriedade.

Por fim, é necessário encontrar novas fontes de receita para as cidades que receberão acréscimo populacional e precisarão ofertar mais serviços sociais. Atualmente, 80% da receita dos impostos estão sob o controle do governo central, enquanto este arca com apenas 20% das despesas com serviços sociais. Frente a estas questões, o documento do 3º. Pleno do Partido formulou as seguintes diretrizes:

Reforma do sistema de Hukou

- Liberação da migração de vilas para pequenas e médias cidades.
- Migração controlada para cidades de grande porte, permitida após avaliação caso a caso.

Reforma da terra no campo

- A terra rural utilizada para construção será liberada para a comercialização, abrindo assim a possibilidade para os trabalhadores rurais venderem ou hipotecarem suas casas e utilizarem o dinheiro para migração.
- A terra rural utilizada para produção de alimentos permanecerá sem autorização para comercialização, sem possibilidades de concessão aos trabalhadores rurais.

Reforma fiscal

- Criação de novos impostos para o governo local.
- Maior repasse de receita de impostos do governo

central para os governos locais que receberem novos migrantes.

- Mudança no modelo de avaliação do desempenho dos governos locais. Uma maneira de o político local ascender no Partido Comunista era conseguir uma boa avaliação em termos de elevação do PIB de sua região/cidade. Agora novos critérios serão considerados, como: proteção ambiental, inovação tecnológica e programas de assistência médica à população.

Reforma no mercado imobiliário

Outro ponto de preocupação com relação à economia chinesa decorre das sucessivas elevações no preço dos imóveis na China, tanto que muitos analistas já indicaram a possibilidade de haver uma bolha imobiliária no país. Frente a este cenário, o documento do 3º. Pleno do Partido aprovou a seguinte diretriz:

- Criação de imposto sobre propriedade. Já existem experimentos em Chongqing (o imposto varia de 0,5 a 1,2%) e Xangai (de 0,4 a 0,6%), o que abre espaço para a expansão desta política para outras regiões do país.

Por fim, o documento do 3º Pleno enuncia assim um conjunto de importantes reformas econômicas, alguns significativos avanços sociais, como a flexibilização do sistema do Yukou, mas é tímido nas mudanças políticas. É o que se depreende da parte relativa às mídias sociais. O governo continuará com o controle da internet. O 3º Pleno chama a atenção para o fato de que as novas mídias, precisam ser avaliadas para que o Governo continue exercendo seu papel de “Guia da opinião pública”.

XI JINPING CHANGES THE RULES OF THE GAME

Por Arthur Kroeber, Diretor da Dragonomics



The blockbuster policy package delivered by China's Communist Party leaders last Friday dispelled doubts about whether Party boss Xi Jinping is a strong reformer. It is clear that he is: the complete "Decision on Deepening Reform" laid out a host of major initiatives including a decisive shift in favor of markets, a relaxation of the one-child policy, the elimination of repressive "re-education through labor" camps, and big proposed

reforms in taxation, land tenure, the state-owned enterprise system and many other areas.

But is this enough to answer the three biggest questions analysts have had since Xi took power a year ago, namely: do Xi and his six colleagues on the Politburo standing committee have a good diagnosis of China's structural economic and social ailments? Do they have sensible plans for addressing these problems? And do they have the political muscle to push reforms past entrenched resistance by big state owned enterprises (SOEs), tycoons, local government officials and other interest groups whose comfortable positions would be threatened by change? Until last week, the consensus answers to the first two questions were "we're not really sure," and to the third, "quite possibly not."

Today, the answer to all three questions is a firm "yes." The reform program and other actions from his first year in office – notably a surprisingly bold anti-corruption campaign – reveal Xi Jinping as a far more visionary and powerful leader than his predecessor Hu Jintao. He has set an ambitious agenda for addressing China's deep-seated governance problems, and is moving swiftly to establish the bureaucratic machinery that will enable him to overcome resistance and achieve his aims. There is no guarantee he will succeed, of course, and ultimately Xi's brand of authoritarian, highly centralized leadership begs the question of how long a dynamic market economy can really be governed by a secretive one-party state. But there is little doubt that for the next several years China will move in a firmly more market-oriented direction than it did in the past decade.

MAIN OBJECTIVE: REMAKING GOVERNANCE

Amid the welter of detail, three major points sprang out from last Friday's announcement:

1. Xi Jinping aims at a broad reform of Chinese governance, not just narrow economic changes.

While economic development remains the principal task, Xi's reforms aim not just to improve economic efficiency but to rewrite the functions of government. Broadly, this means forcing government agencies to withdraw from direct intervention in markets, and to re-focus their attention instead on five key functions: macroeconomic management, market regu-

lation, public service delivery, "social management" and environmental protection. "Making governance work better" is a handy way of thinking about Xi's apparent central aim.

This is a good thing, because most of China's economic woes – wasteful investment spending, industrial excess capacity, local government debt and so on – are ultimately not technical market issues, but problems of governance. And in particular, they are problems of local governance: localities are incentivized to chase investment and GDP growth, not optimize the delivery of public services; and their fiscal systems prevent them from pursuing a social-service agenda (in particular the revenues they control are not enough to finance their social service obligations). So Xi's strong emphasis on re-directing government toward social service provision, and changing the fiscal system in a way that aids this process, is welcome.

2. The market-friendly approach is a complete about-face from the previous government's statism.

The first substantive section of the Decision is all about giving the market a "decisive" role in resource allocation, as opposed to the "basic" role it was assigned in all major policy statements since 1993. This is not just a semantic shift: much of the official commentary surrounding the policy has made clear that the goal is to reduce the ability of government at all levels to manipulate either the prices or the allocation of key resources. While China has largely deregulated its product markets, and to a lesser extent its input markets, over the last 20 years, government actors still interfere in markets a variety of ways: subsidized capital, energy or land for favored enterprises; a labyrinth of administrative licensing and approval rules that make it needlessly hard to set up new businesses; formal and informal restrictions on private investment in various economic sectors; and protectionist barriers that impede the movement of goods and capital from one province to another. The clear intent of Xi's reforms is to chip away at all of these anti-market practices. This is a dramatically different approach from that favored by Hu Jintao and his premier Wen Jiabao. Their first big policy document, released in 2003, focused largely on the need to strengthen the hand of state-owned enterprises, and paid little attention to improving markets.

3. Xi is a strong leader who is swiftly centralizing power.

Two of the big problems of the previous administration is that Hu and Wen were either unwilling or unable to resolve disputes among bickering bureaucracies, or to push back the influence of conservative security apparatchiks under the powerful Standing Committee member Zhou Yongkang. Xi has made plain, first of all, that there is one person in charge and it is him (premier Li Keqiang has been virtually invisible in the state media's wall-to-wall coverage of the Party plenum). And second, he has set up two new Party organs specifically to deal with the turf battles that slowed economic reforms over the past five years. One is a "leading small group" on reforms, similar to other Party leading groups that coordinate policies in critical areas. The other is a State Security Commission. The function of both, it appears, is to enable Xi and his close associates,

including Premier Li, to resolve inter-agency disputes and ensure that necessary economic reforms are not held hostage by paranoid security forces. The other evidence for Xi's power and centralizing tendency is the massive anti-corruption campaign of the past six months, spearheaded by Standing Committee member Wang Qishan, the Party's most effective problem solver. At one level this campaign aimed to neutralize a powerful political rival – Zhou Yongkang, who reputedly was a backer of the disgraced Chongqing party secretary Bo Xilai. At another level, it served to show that Xi was unafraid to take on powerful special interest groups: among the victims so far are several senior executives at the biggest and richest state owned enterprise, state oil company CNPC, and the head of the central government agency that oversees the 100 or so biggest SOEs. It is also striking that Xi moved to take down key political rivals within months of taking office. His two predecessors, Hu Jintao and Jiang Zemin, both waited several years into their terms before taking similar action.

TOUGHER TIMES AHEAD FOR THE SOES

Probably the biggest question emerging from this otherwise unambiguously pro-market document is the role of state-owned enterprises. While Xi proposes that the government retreat from its role in manipulating markets, it is also clear that the government's large role as the direct owner of key economic assets will remain. While the Decision contains a number of specific SOE reform proposals (such as raising their dividend payout ratio from the current 10-15% to 30%, and an encouragement of private participation in state-sector investment projects), it retains a commitment to a very large SOE role in economic development. The apparent lack of a more aggressive state-sector reform or privatization program has distressed many economists, who agree that China's declining productivity growth and exploding debt are both substantially due to the bloated SOEs, which gobble up a disproportionate share of bank credit and other resources but deliver ever lower returns on investment.

Xi, quite obviously, does not intend a massive privatization of SOEs. But it is clear that he intends to subject the SOEs to much more intense competition and tighter regulation. First, the Decision basically eliminates all the language in the previous Hu/Wen policy program in 2003 about strengthening the state sector. Second, it adopts a proposal from the China 2030 reform blueprint published last year by the World Bank and the Chinese government's main think tank to reorganize the big central SOEs under financial holding companies (analogous to Singapore's Temasek) that will compel them to focus on return on capital, rather than just amassing assets. Finally, the Decision makes evident throughout Xi's intention to put the private sector on an equal competitive footing with the state sector, and greatly increase private and foreign investment in sectors previously reserved for state firms.

This approach is consistent with a long and generally successful tradition in China's gradual march away from a planned economy. The key insight of economic reformers including Xi is that the bedrock of a successful modern economy is not private ownership, as many Western free-market economists believe, but effective competition. If the competitive environment for private enterprises is improved – by increasing their access to capital, land and energy, and by eliminating regulatory and local protectionist barriers to investment – marginal SOEs must either improve their efficiency or disappear (often by absorption into a larger, more profitable SOE, rather than through outright bankruptcy). As a result, over time the economic role of SOEs is eroded and overall economic efficiency improves, without the need to fight epic and costly political battles over privatization.

WHERE WILL THE RUBBER HIT THE ROAD?

So much for the “top level design” of reform, which is very encouraging. What concrete steps are we likely to see in the coming months that will demonstrate the effectiveness of Xi's economic strategy? Here are a few possibilities:

Tighter monetary policy.

For structural reforms to be effective, the extremely loose credit conditions of the past 18 months must be tightened. There is some evidence that this is already occurring: the People's Bank of China (PBC) has been withdrawing liquidity from the interbank market for the past two weeks, 1-year treasury bond yields are now at their highest level in five years, and short rates have spiked higher. In its latest monetary policy report, issued November 5, PBC warned that the country faces “a relatively long period of deleveraging.” By our measure, broad credit growth has decelerated from 22.5% YoY in April to 18.5% in October; a further decline of several percentage points in the credit growth rate is likely over the next 6-12 months.

The beginnings of a strategy to clean up local government debt and restructure local government finance.

One striking aspect of the Decision was its relatively terse comments about financial sector reform and its extended treatment of fiscal issues, including proposals that local governments be allowed to issue their own bonds, that some social expenditures be taken over by the central government (relieving the pressure on local authorities), and that the center will stop imposing “unfunded mandates” on localities. The implication is that financial sector reform is already so well advanced that it can continue to run under its own steam, whereas the new efforts of government reformers must focus on fiscal matters.

Small moves on rural land and urban residence reform.

Reforming the complex systems that depress farmers' ability to realize the market value of their land and urban migrants' ability to access social services will take a long time. But the Decision raises hope that rural construction land (used not for cultivation but for building village houses and other structures) could be opened up for direct sales, and that farmers could be allowed to take out mortgages on their land.

One thing perhaps worth mentioning in this context is that the reform that grabbed most of the world's headlines – the relaxation of the “one-child” family planning policy – is in our view not economically significant. China's fertility rate, at around 1.5 births per woman, is already far below replacement rate, and survey data suggest that the cost of raising children in China's cities is now so prohibitive that many families will choose not to have a second child even if they are allowed to. Fertility rates in other east Asian countries without draconian family planning policies have been low for decades, and efforts (as in Singapore) to encourage people to have more babies have proved fruitless. Reducing the state's interference in families' individual reproductive choices is a great improvement in human rights, and should be cheered. But it will not move China's demographic needle.

Adding it all up, we now have plenty of evidence that Xi has an ambitious agenda for reforming China's economic and governance structures, and the will and political craft to achieve many of his aims. His program may not entirely satisfy market fundamentalists, because of its intention to make state-owned enterprises more efficient rather than privatize them. And he certainly offers no hope for those who would like to see China become more democratic. But it is likely to be effective in sustaining the nation's rapid economic growth for another decade, and enabling the Communist Party to keep a comfortable grip on power. ■

QUEM SOMOS

O Conselho Empresarial Brasil-China é formado por duas seções independentes, uma no Brasil, outra na China. Dedicar-se à promoção do intercâmbio econômico Brasil-China e, sobretudo, a fomentar o diálogo entre empresas dos dois países. O CEBC propõe-se a contribuir para um bom ambiente de comércio e investimentos, assim como a entender e divulgar as novas tendências observadas no dinâmico relacionamento Brasil-China. Atualmente, o CEBC é composto por cerca de setenta das mais importantes empresas e instituições brasileiras e chinesas com investimentos e negócios nos dois países.

ASSOCIADOS DO CEBC

A&W(Shanghai) Woods Co.Ltd / Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) / Aluminum Corporation of China Limited / Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC) / Associação Brasileira de Celulose e Papel – BRACELPA / BAIDE Industry (ZhaoQing) Co.,Ltd / Banco do Brasil / Banco Itaú BBA / Bank of Montreal / Baosteel Co.,Ltd. / Blooming Drilling Rig Co.,Ltd / BNDES / Bradesco / BRF / Bunge / Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI / China Aviation Industry Corp. / AVIC / China Civil Engineering Construction Corporation / China Forestry Group Corporation / China Invest / China Metallurgical Group Corporation(MCC / China Minmetals Corporation / China Nonferrous Metal Industry's Foreign Engineering and Construction Co., Ltd. (NFC) / China North Industries Corp. / China Railway Construction Corporation Limited / CITIC Group / COFCO Corporation / Comexport / Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) / Construtora Odebrecht / Deloitte / Duarte Garcia, Caselli Guimarães e Terra Advogados / Embraer / Êxito Importação e Exportação - XCMG / Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (FIEMT) / Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) / Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) / Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) / Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) / Felsberg e Associados / Fujian Electronics & Information (Group) Co., Ltd. / Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) / Fundação Instituto de Administração (FIA) / GDK S.A / Guosen Securities / Huawei do Brasil / Huawei Technologies Co., Ltd. / Hubei Golden Ring Co.,Ltd / Mattel do Brasil Ltda. / McLarty Associates / Multilog / Nucotech Company Limited / Petrobras / PwC / Sertrading / ShanXi Foreign Investment & Trade (Group) Co.Ltd / SINOPEC / Suzano Papel e Celulose / TozziniFreire Advogados / Vale / Veirano Advogados / WDS - Woodbrook Drive Systems Acion / Wuhan Iron and Steel (Group) Company profiles / Xinxing Cathay International Group Co., Ltd / Yafela Trading (Beijing) Ltd. / Yankuang Group Co.Ltd.

Patrocínio:

